

# Dois diagnósticos da crise

Para onde vai o Brasil? A pergunta evoca o episódio ocorrido em Paris, no segundo pós-guerra, quando os gabinetes se sucediam, cada vez a intervalos mais exíguos. O primeiro-ministro demissionário acabara de entregar carta de renúncia ao presidente da República quando o repórter do grande jornal o abordou: "Senhor, para onde vai a França?". A resposta foi modelo de concisão: "Não sei. Mas sei que está indo em linha reta". Vendo seu governo acossado por todos os flancos, o presidente da República mantém-se imperturbavelmente otimista; e chega a afirmar ao titular das Comunicações: "Uma situação *eventualmente* desfavorável na economia não significa instabilidade institucional" (grifamos). As dificuldades ingentes que caracterizam a atual conjuntura econômica não compõem o quadro de situação *eventualmente* desfavorável. A frase aspeada, teoricamente, é incensurável. O problema é que ela não se aplica aos fatos que sucedem ao derredor do chefe do Executivo, o qual se recusa a enxergar a realidade objetiva, preso a outra, subjetiva, que o preserva do pessimismo e do desânimo.

O Ministério do sr. José Sarney está em guerra interna, os responsáveis pelas pastas confiadas ao PFL formulando voto de desconfiança a seus colegas da Fazenda e do Planejamento. Superior a tudo e a todos, o presidente declara que esse Ministério deve trabalhar coeso. Isso é conselho? É advertência ou ameaça? Será uma ordem? Os fatos indicam que são palavras ao vento, como algo que se diz para ressalvar uma posição a fim de que, no futuro, ninguém faça mau juízo etc. Sempre na linha da alienação que levará ao pior, crê-se no Planalto que a inflação será debelada, sem recessão. Como? Não é sintomático que os ministros militares já sublinhem o quanto importa manter as instituições funcionando? Se tudo fosse bem, não se faria necessário recorrer ao truismo. Ou ele é recado aos militares que tentaram transformar a Assembleia Nacional Constituinte em poder único do Estado? A primeira investida se frustrou, porém — ninguém se iluda — haverá

novas escaramuças, na medida em que a crise gere o vácuo em torno da chefia do Estado.

O raciocínio dos otimistas é simplista. À inflação alta, do começo do ano, se seguirá a inflação zero ou próxima dessa marca. Então, no fim do ano, se constatará que a média dos doze meses foi razoável. Eis uma previsão insensata. Combater processos de desvalorização monetária como o que existe hoje no País exige medidas corajosas, que trazem em seu bojo os riscos da impopularidade, maior ou menor. A inflação nunca anestesia os que lhe sofrem as consequências — e constituem a grande massa da população, da qual escapam apenas os integrantes da *nomenklatura* cabocla, os amigos do rei, os miliardários e os *juristas*. Verifica-se que os homens a que se atribuiu o comando da economia no âmbito da Administração estão completamente isolados em sua torre de marfim. Já nem mesmo o todo-poderoso PMDB lhes presta solidariedade, pois é possível que eles venham a ser *desembarcados*, quando tudo *empretecer*, e o partido oficial afeiçou-se depressa ao pedestal em que está colocado, não joga no escuro, não é de sustentar quem esteja em equilíbrio instável.

Entre os empresários, dissemina-se a convicção de que o governo perdeu o controle dos acontecimentos, ultrapassado por eles — condenado a ver como evoluem, sem conseguir modificá-los ou imprimi-los rumo certo. Eis os ingredientes da receita indispensável a enfraquecer de tal modo o poder público que, diante de circunstâncias desfavoráveis supervenientes, a qualquer grupo político mais bem situado e mal-intencionado agradaria a idéia de desestabilizar a autoridade. Aliás, o presidente da República, há pouco tempo, não fez segredo de uma robusta desconfiança, considerando-se alvo de conspiração para desestabilizar seu governo.

O panorama da crise está desenhado, portanto. Sempre teorizando, o sr. José Sarney fez saber ao ministro Antônio Carlos Magalhães que o regime democrático dispõe de força para enfrentar dissabores, sem

que suas estruturas sejam abaladas. Quem, de boa fé, contestaria esta assertiva? O único inconveniente é que ela pouco ou nada tem que ver com o Brasil/87, passando por uma fase delicada de transição democrática e a braços com gravíssimos percalços no domínio econômico, destinados a levar ao paroxismo tensões sociais que estão desencadeadas e sobre as quais, a partir de determinado ponto, não mais se exercerá controle válido dentro da ordem jurídica. A inflação alemã, depois da I Guerra Mundial, pôs por terra a República de Weimar. Nem seria sensato reconhecer que o precário regime instalado neste país enfrenta "dissabores". Crises como a que aí está, à vista de quem não se recuse a encará-la, não cedem diante de eufemismos; só se superam por via do exercício pleno da autoridade, esgotando-se as prerrogativas dela no propósito de restabelecer a confiança na ação do governo. Há que conjurá-las desempenhando chefia, arrostando em nome do interesse coletivo a impopularidade passageira que se debita a providências aptas a sanear a moeda, restringir o crédito, *segurar* provisoriamente reajustes salariais, reduzir a despesa pública até zerar o déficit que é a grande matriz da inflação.

Enquanto no Palácio do Planalto se fizer cerimônia com a hidra inflacionária e se buscar amansá-la, em vez de procurar, sim, exterminá-la, crescerão os "dissabores" deste momento sombrio; e a situação o "eventualmente desfavorável" se cercará de contornos tão dramáticos que o futuro imediato se tornará imprevisível. É nesse *impasse* que se quer fazer o Brasil desabar? Para sair dele a que preço? Se a alienação do governo e a inércia que o assaltam se devesssem à intenção de provocar o *impasse final*, fatal, nada se teria feito, diferente do que se fez até agora. Só o tempo mostrará se havia a deliberação de criar o caos ou se tudo aconteceu por falta de visão, de pulso firme e de coragem para enfrentar circunstâncias adversas e passar por cima delas — para o que não faltaria sustentação da opinião pública, esclarecida devidamente, na hora certa.